

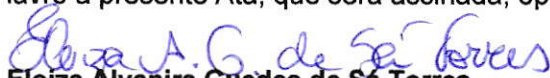
ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO ITACURUBAPREV, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026. Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 12 horas, na sede do ITACURUBAPREV, localizado na Avenida Patriarca Aníbal Alves Cantarelli s/n, Centro, Itacuruba/PE, reuniram-se os membros Conselho Fiscal designados pela Portaria nº 117/2025, que a esta integra independentemente de traslado, e a Diretoria Executiva do ITACURUBA PREV com o objetivo discutir e analisar a seguinte pauta: : **1- Balancetes de Receitas e Despesas de Janeiro de 2026; 2- Análise do cenário econômico, relatório de acompanhamento da Política de investimentos, análise dos custos, retorno e riscos dos investimentos e posição da carteira de Janeiro de 2026; 3-Análise do Relatório Mensal de Investimentos apresentado pelo Comitê de Investimentos; 4 – Benefícios concedidos; 5- Acompanhamento dos Acordos de Parcelamento de Débitos Previdenciários; 6- Acompanhamento dos Aportes Previdenciários fixados pela Lei 120/2025; 7- Acompanhamento do Censo Previdenciário; 8-Comunicação sobre a necessidade de adaptações para a aquisição do Pró-gestão Nível II, em conformidade com as exigências trazidas pela Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, 9-Apresentação e aprovação do Relatório de Gestão Atuarial;- 10- Apresentação da Avaliação atuarial 2026; 11- Esclarecimentos sobre a prestação de contas do exercício 2026;12-Inscrição do ITACURUBAPREV no 7º Prêmio Destaque Brasil de Investimentos; 13-Comunicação da aquisição da certificação profissional por dois membros do Conselho Deliberativo; 14-Sugestão de alocação de recursos realizada pela Consultoria de Investimentos- LEMA ECONOMIA & FINANÇAS-** A Diretora Presidente do ITACURUBAPREV abriu a reunião dando as boas-vindas aos participantes e agradecendo a participação de todos, e, em seguida reforçou as atribuições legais e responsabilidades do Conselho Deliberativo enfatizando a necessidade de capacitação dos componentes do Conselho e a necessidade de comprovação da obtenção da certificação profissional, em conformidade com o disposto no art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, e no art. 76 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022. Em seguida, passou a apresentar especificamente os pontos da pauta da reunião:1- De acordo com os **Balancetes de Receita e Despesa de janeiro de 2026**, foram informados os valores de R\$ 999.071,37 (novecentos e noventa e nove mil e quarenta setenta e um reais e trinta e sete centavos) de receita total orçamentária e R\$ 194.044,23 (cento e noventa e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e três centavos) de despesa total orçamentária. 2-Posteriormente, procedeu-se à **Análise do cenário econômico, relatório de acompanhamento da Política de investimentos, análise dos custos, retorno e riscos dos investimentos e posição da carteira de Janeiro de 2026**, Iniciando os trabalhos, foi apresentado o panorama econômico de janeiro de 2026, destacando-se a manutenção de juros em patamar elevado, com CDI registrando 1,22% no mês, abertura da curva de juros nos vértices mais longos, reflexo das incertezas fiscais internas e do cenário eleitoral de 2026, além da expectativa de taxa Selic ao final do exercício projetada em 12,25%, conforme Boletim Focus. Observou-se que os índices atrelados ao IRF-M 1 apresentaram desempenho favorável, reforçando a adequação da estratégia conservadora adotada pelo Instituto, com predominância de ativos pós-fixados e títulos públicos federais. Passando à análise do Relatório de Investimentos, verificou-se que o patrimônio total do Instituto ao final de janeiro de 2026 atingiu R\$ 33.694.514,94 (trinta e três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos), sendo o total efetivamente investido de R\$ 33.686.905,51 (trinta e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e cinco reais e cinquenta e um centavos) e

disponibilidade financeira de R\$ 7.609,43 (sete mil, seiscentos e nove reais e quarenta e três centavos). O resultado financeiro obtido no mês foi de R\$ 613.925,86 (seiscentos e treze mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), representando rentabilidade de 1,86%, superando a meta atuarial mensal de 0,65% em 1,22 pontos percentuais, evidenciando desempenho satisfatório e aderente aos objetivos previdenciários. No tocante à posição detalhada da carteira, registrou-se que os recursos se encontram majoritariamente alocados em renda fixa, representando aproximadamente 94,82% do total investido, enquanto a renda variável corresponde a aproximadamente 8,22%. Dentre os fundos de renda fixa, destacam-se: BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID com R\$ 8.653.538,55 (oito milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos); BB Tesouro FIC Renda Fixa Selic com R\$ 9.074.130,80 (nove milhões, setenta e quatro mil, cento e trinta reais e oitenta centavos); BB Perfil FIC RF Ref DI Previd com R\$ 4.397.720,49 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte reais e quarenta e nove centavos); Bradesco Premium FI RF Ref DI com R\$ 2.380.651,05 (dois milhões, trezentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinco centavos); Bradesco IRF-M 1 TP FI RF com R\$ 1.314.859,89 (um milhão, trezentos e quatorze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos); BNB IRF-M 1 Títulos Públicos com R\$ 1.132.306,62 (um milhão, cento e trinta e dois mil, trezentos e seis reais e sessenta e dois centavos); BB Previd RF TP Vértice 2026 com R\$ 1.460.197,84 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos); e BB Previd RF TP Vértice 2027 com R\$ 1.041.302,80 (um milhão, quarenta e um mil, trezentos e dois reais e oitenta centavos). Na renda variável, constam Itaú Dunamis FIC Ações com R\$ 546.283,28 (quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos); BB Governança FI Ações Previd com R\$ 1.024.313,36 (um milhão, vinte e quatro mil, trezentos e treze reais e trinta e seis centavos); e BB Fatorial FIC Ações com R\$ 1.198.493,18 (um milhão, cento e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e dezoito centavos). Quanto à distribuição por gestor, verificou-se concentração de 84,05% na BB Gestão de Recursos, correspondente a R\$ 28.312.804,67 (vinte e oito milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e sete centavos); 10,97% no Banco Bradesco, totalizando R\$ 3.695.510,94 (três milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e dez reais e noventa e quatro centavos); 3,36% no Banco do Nordeste, equivalente a R\$ 1.132.306,62 (um milhão, cento e trinta e dois mil, trezentos e seis reais e sessenta e dois centavos); e 1,62% no Itaú Unibanco, no montante de R\$ 546.283,28 (quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos). Na análise técnica de risco, constatou-se volatilidade mensal aproximada de 0,89%, considerada baixa e compatível com o perfil previdenciário do Instituto. O Value at Risk (VaR), com nível de confiança de 95%, apresentou índice aproximado de 0,20%, representando potencial perda estimada de R\$ 67.373,81 (sessenta e sete mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e um centavos), valor considerado reduzido frente ao patrimônio total investido. O Índice de Sharpe acumulado em 12 meses foi positivo, em torno de 0,56, indicando eficiência na relação risco-retorno. A carteira apresenta baixa duration média, reduzida exposição a vértices longos da curva de juros, inexistência de ativos estruturados complexos e predominância de títulos públicos federais e fundos DI, caracterizando baixo risco de crédito. O risco de liquidez também é reduzido, haja vista que a maior parte dos fundos possui liquidez D+0 ou D+1, garantindo capacidade de cumprimento das obrigações previdenciárias sem necessidade de realização de perdas. Registrou-se expressamente que todos os investimentos se encontram devidamente enquadrados nos limites legais e na Política de Investimentos vigente, atendendo aos princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, conforme dispõe a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, não havendo desenquadramentos ou

inconformidades no período analisado. Foram ainda ratificadas as movimentações realizadas no mês, consistentes nas aplicações objeto das APR nº 001/2026, no valor de R\$ 2.793,62 (dois mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos) no BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID; APR nº 002/2026, no valor de R\$ 6.222,09 (seis mil, duzentos e vinte e dois reais e nove centavos) no mesmo fundo; e APR nº 003/2026, no valor de R\$ 147.335,39 (cento e quarenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos) no BB Tesouro FIC Renda Fixa Selic, todas devidamente fundamentadas e em conformidade com a Política de Investimentos. O montante total investido no mês foi, portanto, de R\$ 156.351,10 conforme documentos de autorização assinados pela Diretora Presidente e pela Diretora Administrativa e Financeira, em conformidade com as normas internas e legais aplicáveis. Foram examinadas as receitas e despesas de janeiro de 2026. A receita total mensal foi de R\$ 999.071,37 (novecentos e noventa e nove mil e setenta e um reais e trinta e sete centavos) sendo no mês R\$ 237.810,12 (duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e dez reais e doze centavos) de contribuições previdenciárias (R\$ 108.450,35 servidor e R\$ 129.359,77 patronal), R\$ 106.310,80 (cento e seis mil, trezentos e dez reais e oitenta centavos) de parcelamentos, R\$ 41.024,59 (quarenta e um mil e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos) de aportes e R\$ 613.925,86 (seiscentos e treze mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos) de receitas patrimoniais (rendimentos de investimentos). A despesa total do mês somou R\$ 194.044,23 (cento e noventa e quatro mil e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos), distribuída R\$ 180.401,56 (cento e oitenta mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e seis centavos) com aposentadorias e pensões, R\$ 13.642,67 (treze mil, seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos) com consultorias, serviços, despesas administrativas e materiais de consumo. O resultado financeiro de janeiro foi superavitário em R\$ 805.027,34, reforçando a boa execução orçamentária e o equilíbrio financeiro do Instituto. **3- Em prosseguimento foi realizada a Análise do Relatório Mensal de Investimentos apresentado pelo Comitê de Investimentos**, através do qual o Comitê de Investimentos explicou como foram realizados os resgates e as aplicações dos recursos do fundo de previdência no mês de janeiro e explanou as razões que levaram à tomada de decisão. Por fim, o relatório mensal foi aprovado por unanimidade. **4- Em relação aos Benefícios concedidos**, foi observado que o ITACURUBAPREV possui nesta 51 aposentados e 13 pensionistas, visto que no mês de Fevereiro de 2026 foi concedida Aposentadoria Especial de Magistério, com proventos integrais à servidora Angela Aparecida dos Santos. **5- No que diz respeito ao Acompanhamento dos Acordos de Parcelamento de Débitos Previdenciários**, firmados com o Município de Itacuruba, ficou constatado que a Gestão Municipal vem cumprindo regularmente com o pagamento das parcelas do Acordo CADPREV 01013/20222, do Acordo CADPREV 0049/2024 e do Acordo CADPREV 452/2025. **6- Quanto ao Acompanhamento dos Aportes Previdenciários fixados pela Lei 120/2025**, foi consignado que o Município realizou o respectivo aporte referente ao mês de janeiro de 2026 regularmente. **7-Em relação à Realização do Censo Previdenciário**, a Diretora Presidente informou que o relatório final ainda não foi apresentado pela empresa responsável pelo software utilizado para a realização do censo, mas que a empresa sinalizou que está realizando os ajustes finais para a sua emissão e apresentação Conselhos. **8- Em prosseguimento**, a Diretora Presidente informou a todos sobre a **necessidade de adaptações para a aquisição do Pró-gestão Nível II, em conformidade com as exigências trazidas pela Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025**, destacando a necessidade da aquisição da certificação profissional no nível intermediário por parte da Gestora de Recursos e de um componente do Comitê de Investimentos, capacitação de 2 servidores da UG em Controle Interno, Capacitação dos Membros dos Conselhos e integrantes da Diretoria Executiva do Instituto, pelo menos em

formação em RPPS, concessão de benefícios e investimentos, realização de audiência pública, entre outras importantes ações a serem desenvolvidas nos próximos meses; **9-** Em seguida, procedeu-se à **apresentação e aprovação do Relatório de Gestão Atuarial**, através do qual o atuário Mateus Rodrigues, diretor e atuário da empresa 3M consultoria atuarial, que presta serviços o ITACURUBAPREV, realizou uma explanação detalhada da evolução financeira e atuarial do RPPS relativa aos três últimos anos (2023,2024 e 2025) concluindo que o modelo de financiamento do RPPS está sendo preservado, apresentando as características esperadas e atendendo a todos os requisitos legais e fiscalizatórios aplicáveis e alinhado com os princípios de prudência e conservadorismo essenciais para a gestão sustentável de fundos previdenciários. Por fim, ressaltou que as projeções refletem uma gestão responsável e diligente do ITACURUBAPREV e ressaltou que o RPPS ainda possui muito a evoluir, recomendando a observância contínua das recomendações trazidas pelas avaliações atuarias. Por fim, a Diretora presidente ressaltou que o referido relatório se encontra disponível na sua integralidade no site oficial do instituto para consulta por qualquer interessado e também se encontra arquivado de maneira física, na sede do instituto.**10-** Em prosseguimento, foi apresentada a **Avaliação atuarial do ano de 2026**, no qual o atuário atestou que foi identificado um déficit de R\$ 27.296.359,31 (Vinte e sete milhões, duzentos e noventa e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos) para ser amortizado em 34 anos, por meio da manutenção de alíquotas suplementares, porém concluiu que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba- ITACURUBAPREV, na data de 31 de dezembro de 2025 revela um cenário equilibrado do ponto de vista atuarial e recomendou a manutenção do Plano de Custeio Normal e do Plano de amortização do déficit atuarial para assegurar que o RPPS continue a cumprir suas obrigações previdenciárias de maneira sustentável, atendendo às necessidades dos beneficiários e garantindo a solvência do sistema Previdenciário no longo prazo. Ressaltou que a eficácia das medidas propostas no estudo depende do comprometimento integral do Ente Federativo em implementar as recomendações apresentadas no Estudo Atuarial e em respeitar a Legislação municipal e que as sugestões só terão efeito positivo para o ITACURUBAPREV se o Ente assumir plena responsabilidade e seguir as diretrizes de forma diligente e contínua. Prosseguindo, a Diretora presidente explicou que a Avaliação Atuarial foi enviada para o Poder Executivo por meio do Ofício 06/2026 e ao Poder Legislativo por meio do Ofício 07/2026. Por fim, ressaltou que o referido relatório se encontra disponível na sua integralidade no site oficial do instituto para consulta por qualquer interessado e também se encontra arquivado de maneira física, na sede do instituto. **11-** Prosseguindo, a Diretora Presidente fez alguns **esclarecimentos sobre a prestação de contas do exercício 2026**, explicando que anualmente é necessário apresentar ao Tribunal de Contas de Pernambuco a Prestação de contas, de acordo com a Resolução TC Nº 299, 19 DE NOVEMBRO DE 2025, sendo o prazo final para o envio das informações em 31 de março de 2026, sendo que toda a documentação já foi enviada à consultoria de contabilidade para envio das informações dentro do prazo legal. **12-** Prosseguindo a Diretora Presidente explanou que estão abertas as **inscrições para o 7º Prêmio Destaque Brasil de Investimentos promovido pela ABIPEM**, mencionando que no ano de 2025 o ITACURUBAPREV alcançou o 9º lugar prêmio e que este ano será realizada análise do edital para decidir quanto à possibilidade de inscrição do instituto no referido prêmio. **13-** Em prosseguimento, o conselho foi **Comunicado da aquisição da certificação profissional por dois membros do Conselho Deliberativo**, que são Antônio Carlos da Silva e Josenilton José da Silva, sendo que a Diretora Presidente parabenizou os conselheiros pela conquista e pelo comprometimento perante o instituto e reforçou a necessidade de certificação da maioria dos membros dos Conselhos a fim de

manter as obrigações legais do RPPS e de avançar no cumprimento dos requisitos para a obtenção do Pró Gestão Nível II. 14- Para finalizar a reunião, foi apresentada a **sugestão de alocação de recursos realizada pela Consultoria de Investimentos- MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS- LEMA ECONOMIA & FINANÇAS-** ficando consignado que em consulta realizada à consultoria de investimentos LEMA – Economia e Finanças, foi apresentada sugestão de alocação de recursos do ITACURUBAPREV, considerando o cenário econômico vigente, a carteira atual do Regime e a Política de Investimentos vigente. A consultoria sugeriu a possibilidade de aplicação do montante total de R\$ 229.518,87 (duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos), distribuídos conforme a seguir: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) no fundo BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID, CNPJ nº 11.328.882/0001-35, vinculado à conta nº 17126-3, do Banco do Brasil; R\$ 216.318,87 (duzentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos) no fundo BB TESOIRO FIC RENDA FIXA SELIC, CNPJ nº 04.857.834/0001-79, vinculado à conta nº 26537-3, do Banco do Brasil. Os fundos sugeridos encontram-se enquadrados no Artigo 7º, Inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, e já integram a carteira de investimentos do RPPS. Os respectivos benchmarks são IRF-M 1 (para o BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID) e CDI (para o BB TESOIRO FIC RENDA FIXA SELIC). Após análise do Comitê de Investimentos, levando em consideração o contexto econômico, o perfil da carteira e os limites definidos na Política de Investimentos, deliberou-se pela aprovação da aplicação conforme sugestão da consultoria. O Comitê deliberou pela aprovação integral das demandas e encaminhou ao Conselho Deliberativo para aprovação. Por fim, entendeu o Conselho Deliberativo pela aplicação dos recursos nos termos da sugestão de alocação realizada pela consultoria especializada em investimentos e referendada pelo Comitê de Investimentos. Finalizando a reunião, o Conselho Fiscal declarou que recebeu, analisou e tomou ciência de todas as informações, documentos e esclarecimentos apresentados, especialmente aqueles relativos às deliberações do Comitê de Investimentos e do Conselho Deliberativo, manifestando-se de acordo com as decisões adotadas por tais instâncias, por estarem em conformidade com a legislação vigente, as normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social e os princípios da legalidade, economicidade, transparência e boa governança. Finda a reunião, ficou acordado que todo o material apresentado e discutido nesta reunião será disponibilizado a todos os participantes. Nada mais havendo a ser dito, lavro a presente Ata, que será assinada, oportunamente, por todos os participantes


Eloiza Alvanira Guedes de Sá Torres

Presidente do Conselho Fiscal do ITACURUBAPREV
Representante do Poder Executivo


Flávio João da Silva

Representante do Poder Legislativo


Izadora Almeida Lima

Representante dos Servidores Efetivos


José Jailton dos Santos

Representante dos Aposentados e Pensionistas


Marielza dos Santos Silva

Representante dos Aposentados e Pensionistas


Isabel Cristina Freire da Rocha

Diretora Presidente do ITACURUBAPREV


Isabella Luiza Gomes Quirino Menezes Leal

Diretora Administrativa e Financeira do ITACURUBAPREV